

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

CONVOCAÇÃO DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Em atenção ao que dispõem os Artigos 33, § 2º da Lei Orgânica do Município de Rio Claro e 116 da Resolução nº 244, de 11 de novembro de 2006 (Regimento Interno), cumpre-me **CONVOCAR SESSÃO EXTRAORDINÁRIA** a ocorrer no próximo dia **16/02/2017 (quinta-feira)**, às **19:00 horas**, para discutir e votar em 2ª Discussão os seguintes Projetos:

1 - PROJETO DE LEI Nº 02/2017 - PREFEITO MUNICIPAL - Autoriza o Município de Rio Claro, por meio da Secretaria/Fundação Municipal de Saúde, a celebrar Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde, com o CLARETIANO - FACULDADE, e dá outras providências.

2 - PROJETO DE LEI Nº 06/2017 - PREFEITO MUNICIPAL - Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

Rio Claro, 14 de fevereiro de 2017.


ANDRÉ LUIS DE GODOY
Presidente

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

ORDEM DO DIA Nº 03/2017 SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 16/02/2017 - QUINTA-FEIRA 19:00 HORAS

1 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 02/2017 - PREFEITO MUNICIPAL** - Autoriza o Município de Rio Claro, por meio da Secretaria/Fundação Municipal de Saúde, a celebrar Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde, com o CLARETIANO - FACULDADE, e dá outras providências. Processo nº 14685.

2 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 06/2017 - PREFEITO MUNICIPAL** - Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências. Processo nº 14686.

+++++

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 02/2017

PROCESSO Nº 14685

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI

(Autoriza o Município de Rio Claro, por meio da Secretaria/Fundação Municipal de Saúde, a celebrar Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde, com o CLARETIANO FACULDADE, e dá outras providências).

Artigo 1º - Fica o MUNICÍPIO DE RIO CLARO, por meio da SECRETARIA/FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, autorizado a celebrar Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde com o CLARETIANO - FACULDADE, nos termos da minuta que acompanha e fica fazendo parte integrante desta lei.

Artigo 2º - Os valores necessários à realização do objeto contratual serão viabilizados por meio de recursos próprios e recursos SUS do orçamento da Prefeitura Municipal, destinados à Secretaria/Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 17 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 13/02/2017 – Maioria Absoluta.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 06/2017

PROCESSO Nº 14686

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI

(Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências).

Artigo 1º - Fica aberto na Secretaria Municipal de Ação Social um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 1.536.548,43 (hum milhão, quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta e três centavos), para dar atendimento às despesas decorrentes com Parecerias Municipais.

Parágrafo Único - Caso haja necessidade de complementação do valor estabelecido no artigo acima, fica o Prefeito Municipal autorizado a elevar o referido Crédito em 25% (vinte e cinco por cento), mediante Decreto.

Artigo 2º - A classificação orçamentária de que trata o Crédito Adicional Especial, objeto desta Lei, será o seguinte:-

14.00 – Secretaria Municipal de Ação Social
14.01 – Gabinete do Secretário e Dependências
14.01.08 – Assistência Social
14.01.08.244 – Assistência Comunitária
14.01.08.244.4001 – Gestão das Políticas Sociais
14.01.08.244.4001.2307-3350 – Parcerias

Artigo 3º - O crédito autorizado no artigo 1º será coberto com recurso de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 14.00 – Secretaria Municipal de Ação Social	
UNID. ORÇ. 03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
14.03.08.244.4001.2307.3350 (1480) – Parcerias	1.536.548,43

Artigo 4º - Fica incluído no Plano Plurianual, período 2014 a 2017 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, as despesas decorrentes para anteder as Parcerias Municipais.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 17 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 13/02/2017 –
Maioria Absoluta.

04